

CARGO 213:
TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado.
- 2 Este Caderno contém, respectivamente, **uma** proposta de Redação e **50 questões** de múltipla escolha, assim distribuídas: **01 a 10** ▶ Língua Portuguesa; **11 a 20** ▶ Legislação; **21 a 50** ▶ Conhecimentos Específicos.
- 3 Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeições gráficas que impeçam a leitura. Detectado algum problema, comunique-o, imediatamente, ao Fiscal.
- 4 A Redação será avaliada considerando-se apenas o que estiver escrito no espaço reservado para o texto definitivo na **Folha de Redação** fornecida pela Comperve.
- 5 Escreva de modo legível, pois dúvida gerada por grafia ou rasura implicará redução de pontos.
- 6 Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 7 Interpretar as questões faz parte da avaliação, portanto não peça esclarecimentos aos fiscais.
- 8 A Comperve recomenda o uso de caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
- 9 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 10 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 11 Você dispõe de, no máximo, **quatro horas e trinta minutos** para redigir o texto definitivo na **Folha de Redação**, responder às questões e preencher a **Folha de Respostas**.
- 12 O preenchimento da Folha de Respostas e da Folha de Redação é de sua inteira responsabilidade.
- 13 Antes de se retirar definitivamente da sala, **devolva** ao Fiscal **este Caderno**, a **Folha de Respostas** e a **Folha de Redação**.

Assinatura do Candidato: _____

Prova de Redação

Atualmente, o aquecimento global é uma das principais preocupações de cientistas do mundo inteiro. Nesse contexto, a chamada “economia verde” vem ganhando espaço como uma das formas para enfrentar o problema.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Considerando a relevância dessa discussão bem como seus conhecimentos prévios sobre o tema, escreva um **artigo de opinião** posicionando-se sobre a questão abaixo.

A economia verde é uma alternativa eficaz para o enfrentamento ao aquecimento global?

INSTRUÇÕES

Seu artigo deverá atender às seguintes normas:

- ser redigido no espaço destinado à versão definitiva na Folha de Redação;
- apresentar explicitamente um ponto de vista, fundamentado em, no mínimo, dois argumentos;
- ser redigido na variedade padrão da língua portuguesa;
- ser redigido em prosa (e não em verso);
- conter, no máximo, 30 linhas; e
- não ser assinado (nem mesmo com pseudônimo).

ATENÇÃO

Será atribuída NOTA ZERO à redação em qualquer um dos seguintes casos:

- texto com até 11 linhas;
- fuga ao tema ou à proposta;
- letra ilegível;
- identificação do candidato (nome, assinatura ou pseudônimo);
- texto que revele desrespeito aos direitos humanos ou que seja ofensivo; e
- artigo escrito em versos.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

(NÃO ASSINE O TEXTO)

O texto abaixo servirá de base para as questões de Língua Portuguesa

Aconteceu em Natal

Sanderson Negreiros

O trânsito ontem à tarde na Rua João Pessoa estava uma delícia. Servido com caviar, batatinhas e molho pardo. Uma delícia de trânsito.

Às 16 horas em ponto, dei entrada com meu carango varonil na referida artéria. Por que as ruas chamavam-se antigamente de artérias? É porque nelas corria sangue, disse-me Vetusto, repórter policial, do tempo em que, ao morrer uma criança, escrevia-se: “Ontem, alou-se aos céus, a interessante garota”.

Cheguei no começo da João Pessoa e pensei com os três botões da minha camisa: vou provar a mim mesmo que sou edição modesta de Fittipaldi e atravessarei estas ruas em menos de meia hora. Não vos conto minha decepção: às 17h30 é que conseguia chegar no chamado Grande Ponto. E vos informo de minha epopeia, minha odisseia, minha ilíada.

Para passar ao largo do Centro Cearense, gastei 20 minutos. Havia carros por cima das calçadas, carros por cima dos outros e, num realismo fantástico, um Volks que tinha subido numa mangueira parnasiana.

Perguntarei: como isso é possível? Na Rua João Pessoa, depois das 4 da tarde, tudo é possível. Não sei ainda se tudo é permitido.

Pensei em Jean-Luc Godard, para filmar aquele apocalipse subdesenvolvido. Imprensara meu carango de tal maneira que fui jogado fora dele. Foi preciso o guarda para o caos, isto é, o trânsito; e dar vez aos meus direitos institucionais, dizendo-me: “O senhor pode voltar para o seu carro e assumir a direção”. Gostei e voltei.

Dei continuação ao fluxograma, ao esquema, ao organograma, ao... qualquer coisa de fila de carros que ia em demandada do Grande Ponto. De repente, aquele susto, inevitável: um corcel amarelo-hepatite ia por cima da parede. Como uma lagartixa profissional.

Depois de uma hora intensa de empurra-empurra, vi em minha frente uma camioneta parada, no meio da rua, que não era mais rua, mas um ringue. Fechei os olhos, e um sujeito gritou de trás: “Passe por cima. Passe por cima”.

Alguém botou um tobogã invertido e apenas liguei a primeira. Logo senti que havia ultrapassado mais um obstáculo olímpico.

A caminhada continuou. Quando atingi a possibilidade de passar em frente à APERN, uma mulher disse para mim: “Nunca me viu?”. Respondi: “Nunca. Never. A senhora pertence ao planeta Terra?”.

E segui em frente. Ia me esquecendo: nesse tempo todo, choveu cinco vezes e fez verão outras tantas. Ouvimos trovões pianíssimos, em fita gravada; e trovões reais, em alta fidelidade. Houve tempestade em curto circuito e tempestades que só conhecemos em filmes coloridos da Metro, como o que contava a queda de Roma.

O Grande Ponto era um mar de cabeças unânimes (perdoem a imagem). Um mar compacto; não havia brecha sequer para que alguém espirrasse sem atingir a moral do outro. Hippies, defensores da contracultura, ex-hippies, artistas pops, pintores ops, singulares personalidades que não pagam ainda o INPS.

E, diante de tal quadro, vi o impossível acontecer, pelo menos em Natal: um motorista impaciente levantou-se do seu carro e caminhou por cima das cabeças como pudesse se repetir a imagem do Evangelho: de Cristo andando sobre as águas.

NEGREIROS, Sanderson. Aconteceu em Natal. In: SOBRAL, Gustavo; MACEDO, Helton Rubiano de (Orgs.).

Cinco cronistas da cidade. Natal: EDUFRN, 2017. p. 145-148.

Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/23773/1/Cinco%20cronistas%20da%20cidade.pdf>.

Acesso em: 26 set. 2022.

01. O propósito comunicativo central do texto é

- A) relatar situações venturosas vividas pelo enunciador no trânsito da Rua João Pessoa.
- B) defender a ideia de que o trânsito de Natal exige motoristas pacientemente treinados.
- C) descrever situações fantásticas sobre o trânsito da Rua João Pessoa a fim de alertar os motoristas.
- D) informar sobre o caos imposto pelo trânsito de Natal aos condutores de veículos automotivos.

02. Para atingir seu propósito comunicativo, o texto recorre
- A) a uma verve humorística e a um exagero fantasioso.
 - B) a um dialogismo entre gêneros discursivos no que respeita à forma composicional.
 - C) a uma verve humorística e a um dialogismo entre gêneros discursivos no que respeita ao conteúdo.
 - D) a um exagero fantasioso que passa por um processo de racionalização ao final.
03. No texto, entrecruzam-se, predominantemente, os tipos textuais
- A) descritivo e narrativo, a exemplo do que ocorre no quarto parágrafo, marcado pelo uso de verbos no pretérito imperfeito do indicativo e no pretérito perfeito do indicativo, respectivamente.
 - B) descritivo e narrativo, a exemplo do que ocorre no segundo parágrafo, marcado pelo uso de verbos no pretérito perfeito do indicativo e no pretérito imperfeito do indicativo, respectivamente.
 - C) explicativo e injuntivo, a exemplo do que ocorre no terceiro parágrafo, marcado pelo uso de verbos no futuro do subjuntivo e no modo imperativo, respectivamente.
 - D) explicativo e injuntivo, a exemplo do que ocorre no quinto parágrafo, marcado pelo uso de verbos no modo imperativo e no futuro do subjuntivo, respectivamente.
04. No texto, as aspas são utilizadas para
- A) isolar discursos diretos.
 - B) sinalizar variantes linguísticas socialmente marcadas.
 - C) enfatizar o sentido dos enunciados.
 - D) demarcar discursos indiretos.

Para responder às questões 5 a 8, considere o excerto abaixo.

Para[1] passar ao largo do Centro Cearense, gastei 20 minutos. Havia[2] carros por cima das calçadas, carros por cima dos outros e, num realismo fantástico, um Volks que[3] tinha[4] subido numa mangueira parnasiana.

05. O elemento linguístico [1] é utilizado para introduzir
- A) um adjunto adverbial.
 - B) uma circunstância de tempo.
 - C) um adjunto adnominal.
 - D) uma circunstância de modo.
06. Considerando a tradição gramatical, analise as afirmativas abaixo, a respeito do uso das formas verbais [2] e [4] no excerto.

I	Se a forma verbal de “haver” [2] for substituída pela de “existir”, esta deverá ser flexionada no plural, obrigatoriamente.
II	Se a forma verbal de “ter” [4] for substituída pela de “haver”, esta deverá ser flexionada no singular, obrigatoriamente.
III	Se a forma verbal de “haver” [2] for substituída pela de “existir”, esta deverá ser flexionada no singular, facultativamente.
IV	Se a forma verbal de “ter” [4] for substituída pela de “haver”, esta deverá ser flexionada no plural, facultativamente.

Entre afirmativas, estão corretas

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

07. No contexto em que é empregado, o elemento linguístico [3] é
- A) um pronome relativo que funciona como sujeito.
 - B) um pronome relativo que funciona como objeto.
 - C) uma conjunção responsável por introduzir uma oração subordinada adverbial.
 - D) uma conjunção responsável por introduzir uma oração subordinada adjetiva.
08. Considerando o uso da pontuação no excerto, analise as afirmativas abaixo.

I	A primeira vírgula é de uso facultativo.
II	A primeira, a terceira e a quarta vírgulas justificam-se pela mesma razão.
III	Todos os sinais de pontuação cumprem função estilística.
IV	A segunda vírgula é de uso obrigatório.

Entre afirmativas, estão corretas

- A) II e IV.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) I e III.

Para responder às questões 9 e 10, considere o excerto abaixo.

E segui em frente. Ia me esquecendo: nesse tempo todo, choveu cinco vezes e fez verão outras tantas. Ouvimos trovões pianíssimos, em fita gravada; e trovões reais, em alta fidelidade. Houve tempestade em curto circuito e tempestades que só conhecemos em filmes coloridos da Metro, como o que contava a queda de Roma.

09. Sem prejuízo do sentido, o termo sublinhado pode ser substituído por
- A) suaves.
 - B) suavemente.
 - C) assustadores.
 - D) assustadoramente.
10. No excerto, o enunciador
- A) envolve-se pessoalmente com aquilo que enuncia, o que é corroborado pelo uso de verbos na primeira pessoa do singular e do plural.
 - B) não se envolve com aquilo que enuncia, o que é corroborado pelo uso de adjetivos sem conotação valorativa.
 - C) envolve-se pessoalmente com aquilo que enuncia, o que é corroborado pelo uso de verbos na terceira pessoa do singular e do plural.
 - D) não se envolve com aquilo que enuncia, o que é corroborado pelo uso de advérbios sem conotação valorativa.

11. A Lei nº 8.112/90 assegura às pessoas portadoras de deficiência o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras. Nos termos dessa lei, serão reservadas para as pessoas portadoras de deficiência até
- A) vinte por cento das vagas oferecidas no concurso.
 - B) vinte e cinco por cento das vagas oferecidas no concurso.
 - C) trinta por cento das vagas oferecidas no concurso.
 - D) trinta e cinco por cento das vagas oferecidas no concurso.
12. À luz das disposições previstas na Lei nº 8.112/90, o servidor fará jus à Licença Para Atividade Política a partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de
- A) três meses.
 - B) um mês.
 - C) dois meses.
 - D) quatro meses.
13. Considerando o que expressamente dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/90), analise as afirmativas abaixo.

I	Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em portaria.
II	Reversão é uma das formas de provimento em cargos públicos.
III	Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.
IV	O Plano de Seguridade Social do servidor prevê os benefícios que podem ser concedidos ao dependente, dentre os quais, o salário-família.

Das afirmativas, estão corretas

- A) II e III.
 - B) I e II.
 - C) III e IV.
 - D) I e IV.
14. Um servidor público federal, reincidente em falta punível com advertência, sofreu a penalidade disciplinar de suspensão de nove dias. De acordo com as disposições do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/90), havendo conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão aplicada ao servidor poderá ser convertida em multa, na base de
- A) cinquenta por cento por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.
 - B) quarenta por cento por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor desobrigado a permanecer em serviço.
 - C) trinta por cento por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.
 - D) vinte por cento por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor desobrigado a permanecer em serviço.

- 15.** Segundo as normas estabelecidas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/90), o prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá
- A)** trinta dias, contados da publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até quinze dias, quando as circunstâncias o exigirem.
 - B)** vinte dias, contados da publicação do ato que constituir a comissão, aprovada a sua prorrogação por até dez dias, contadas da data da ciência pelo interessado.
 - C)** quinze dias, contados da publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até quinze dias, quando as circunstâncias o exigirem.
 - D)** dez dias, contados da publicação do ato que constituir a comissão, aprovada a sua prorrogação por até dez dias, contadas da data da ciência pelo interessado.
- 16.** Um servidor foi afastado por motivo de prisão em flagrante, determinada pela autoridade competente. De acordo com as disposições do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/90), enquanto perdurar essa prisão, a família do servidor deverá receber o benefício do auxílio-reclusão, no valor correspondente a
- A)** dois terços de sua remuneração.
 - B)** metade de sua remuneração.
 - C)** um terço de sua remuneração.
 - D)** um quarto de sua remuneração.
- 17.** À luz das disposições expressas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/90), um servidor público federal investido no mandato de deputado estadual
- A)** será afastado do cargo.
 - B)** ficará no cargo, a seu pedido.
 - C)** será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
 - D)** ficará no cargo, a depender da compatibilidade de horário.
- 18.** Considerando o que expressamente dispõe a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, a qual regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, analise as afirmativas abaixo.

I	O ato de delegação de competência é irrevogável pela autoridade delegante.
II	É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.
III	O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, com efeito suspensivo.
IV	A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.

Das afirmativas, estão corretas

- A)** II e IV.
- B)** I e II.
- C)** III e IV.
- D)** I e III.

- 19.** A Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, a qual regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, estabelece expressamente alguns direitos para o administrado, dentre os quais,
- A)** fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.
 - B)** ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, sendo vedada a obtenção de cópias de documentos neles contidos.
 - C)** ser tratado com respeito pelos servidores, que poderão facilitar o exercício de seus deveres e o cumprimento de suas obrigações.
 - D)** prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.
- 20.** Considerando o que expressamente dispõe a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, a qual regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, analise as afirmativas abaixo.

I	Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.
II	No âmbito da Administração Pública federal, as decisões administrativas que exijam a participação de dois ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada.
III	A decisão de recursos administrativos pode ser objeto de delegação.
IV	O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.

Das afirmativas, estão corretas

- A)** I e IV.
- B)** I e III.
- C)** II e III.
- D)** III e IV.

21. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) representa uma das maiores conquistas da contabilidade aplicada ao setor público e se tornou uma importante ferramenta para a consolidação das contas nacionais bem como um instrumento para a adoção das normas internacionais de contabilidade. O PCASP incluiu a fase da execução da despesa “em liquidação”. Essa fase
- A) busca o registro contábil no patrimônio de acordo com a ocorrência do fato gerador, e não em conformidade com o empenho.
 - B) possibilita a junção dos empenhos não liquidados que têm fato gerador com os que não têm, evitando a dupla contagem.
 - C) estava prevista desde a definição do sistema orçamentário e patrimonial, na Lei nº 4.320/1964.
 - D) impacta a apuração do passivo financeiro calculado a partir das contas do passivo e do ativo onerosos.
22. Em 31 de janeiro de 2022, a UFRN publicou suas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A tabela abaixo é um recorte do Demonstrativo do superávit/déficit financeiro da UFRN no ano de 2021.

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-56.900.620,00
Recursos Vinculados	-50.084.297,01
Educação	-5.240.665,85
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-31.554.280,96
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-5.699.983,61
Alienação de Bens e Direitos	68.800,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	-7.658.166,59

Disponível em: <https://wp-sites.info.ufrn.br/admin/proad/wp-content/uploads/sites/8/2022/03/Demonstra%C3%A7%C3%B5es-Cont%C3%A1beis-2021-final.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

Esse Demonstrativo é parte integrante do Balanço

- A) Patrimonial.
 - B) Orçamentário.
 - C) Financeiro.
 - D) Extraorçamentário.
23. Na imagem abaixo, extraída do Relatório de Gestão 2021 da UFRN, consta um resumo da execução orçamentária e financeira de 2021.

Resumo da execução orçamentária e financeira de 2021

Grupo de despesa	Orçamento total	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
1. Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 1.616.985.597,00	R\$ 1.581.951.980,62	97,83%	R\$ 1.581.951.980,62	100,00%	R\$ 1.473.556.943,97	93,15%
3. Outras Despesas Correntes	R\$ 301.566.121,48	R\$ 297.312.972,80	98,59%	R\$ 227.924.112,05	76,66%	R\$ 217.380.427,97	95,37%
4. Investimento	R\$ 21.461.341,00	R\$ 20.798.728,05	96,91%	R\$ 5.031.663,93	24,19%	R\$ 3.988.936,65	79,28%
9. Reserva de Contingência	R\$ 14.269,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	-
	R\$ 1.940.013.059,48	R\$ 1.900.063.681,47	97,94%	R\$ 1.814.907.756,60	95,52%	R\$ 1.694.926.308,59	93,39%

Com base nas informações disponíveis nesse resumo, o valor dos restos a pagar processados no grupo de despesa 3 (Outras Despesas Correntes) foi de, aproximadamente,

- A) R\$ 10,5 milhões.
B) R\$ 69,4 milhões.
C) R\$ 4,2 milhões.
D) R\$ 73,6 milhões.
24. Em 01 de abril de 2021, foi sancionada a Lei nº 14.133 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), revogando, na data de sua publicação, os Artigos 89 a 108 da Lei nº 8.666/1993, que contemplavam as Seções III (Dos Crimes e das Penas) e IV (Do Processo e do Procedimento Judicial) do Capítulo IV (Das sanções administrativas e da tutela judicial). Apesar de a Lei nº 14.133 ter entrado em vigor na data de sua publicação, a revogação integral da Lei nº 8.666/1993 somente acontecerá após decorridos
- A) dois anos da publicação da nova lei.
B) um ano da publicação da nova lei.
C) seis meses da publicação da nova lei.
D) três meses da publicação da nova lei.
25. A UFRN é uma instituição de ensino superior pública, sob a forma de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Por esse motivo, ela deve se pautar na nova lei de licitações e contratos administrativos, sancionada em 01 de abril de 2021 (Lei nº 14.133) para efetuar contratação de, por exemplo,
- A) concessão e permissão de uso de bens públicos.
B) operação de crédito, interno ou externo.
C) operação de gestão de dívida pública, fundada ou não.
D) concessão de garantia relacionada a contratos de crédito.
26. Em 18 de novembro de 2021, foi aprovada a NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, que trata, principalmente, do uso da informação de custos para fins gerenciais. Para tanto, no corpo da norma, são estabelecidas algumas definições, dentre as quais a transcrita a seguir: “é o dispêndio de um ativo ou criação de um passivo, estando ou não relacionado à obtenção de um bem ou serviço.” Essa é a definição de
- A) gasto.
B) custo.
C) despesa.
D) investimento.
27. A NBC TSP 34 – Custos no Setor Público apresenta as características qualitativas e as restrições da informação de custos, definidas anteriormente na NBC TSP Estrutura Conceitual. Representação fidedigna, materialidade, compreensibilidade, custo-benefício e tempestividade são, respectivamente, exemplos de
- A) característica qualitativa, restrição, característica qualitativa, restrição, característica qualitativa.
B) característica qualitativa, característica qualitativa, característica qualitativa, restrição, restrição.
C) restrição, característica qualitativa, restrição, restrição, característica qualitativa.
D) restrição, restrição, restrição, característica qualitativa, característica qualitativa.

28. Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas. Nesse contexto, analise as definições apresentadas abaixo.

I	Ingressos de disponibilidade de recursos que não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.
II	Ingressos de recursos financeiros de caráter temporário, dos quais o Estado é mero agente depositário.
III	Ingressos de disponibilidades de recursos que foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes.

Essas definições apresentadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) referem-se, respectivamente,

- A) às receitas orçamentárias efetivas, aos ingressos extraorçamentários e às receitas orçamentárias não efetivas.
- B) às receitas orçamentárias não efetivas, aos ingressos extraorçamentários e às receitas orçamentárias efetivas.
- C) aos ingressos extraorçamentários, às receitas orçamentárias efetivas e às receitas orçamentárias não efetivas.
- D) aos ingressos extraorçamentários, às receitas orçamentárias não efetivas e às receitas orçamentárias efetivas.
29. A Contabilidade Aplicada ao Setor Público tem ganhado relevância no Brasil, e um dos conteúdos mais relevantes dessa área da contabilidade é o que trata da receita pública. Em função dessa relevância e das aplicações, a receita pública recebe diversas classificações oficiais, estabelecidas pelo poder público. Porém, o MCASP dá destaque a uma classificação que não é normatizada, mas sim oriunda da doutrina e tem uso acadêmico. Essa classificação separa as receitas em
- A) originárias e derivadas.
- B) orçamentária e extraorçamentária.
- C) corrente e de capital.
- D) efetiva e não efetiva.
30. As Notas Explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP e consideradas parte integrante das demonstrações. Analise as características abaixo sobre Notas Explicativas (NE).

I	O objetivo das NE é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a um grupo específico de usuários.
II	As NE devem ser claras, sintéticas e objetivas.
III	As NE englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes suficientemente evidenciadas ou que constam nas DCASP.
IV	As NE devem ser apresentadas de forma sistemática. Cada quadro ou item a que uma nota explicativa se aplique deverá ter referência cruzada com a respectiva nota explicativa.

São características das NE definidas pelo MCASP as presentes nos itens

- A) II e IV.
- B) I e II.
- C) III e IV.
- D) I e III.

31. Nas Notas Explicativas referentes ao Exercício de 2021, publicadas pela UFRN, está explicitado o seguinte: “Até o presente momento, a UFRN não realizou nenhum *impairment* nos seus ativos intangíveis. A avaliação dos ativos do intangível deve ocorrer quando há indícios de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos vinculados ao desenvolvimento e aqueles que têm vida útil indefinida, têm a recuperação do seu valor testada a cada 2 anos, independentemente de haver indicativos de perda de valor”. Caso venha a ocorrer nos próximos exercícios um caso de *impairment*, seu registro na contabilidade da UFRN irá representar um fato contábil
- A) modificativo.
 B) permutativo.
 C) misto.
 D) híbrido.

Considere a Lei especificada abaixo para responder às questões 32 e 33.

Considerada um avanço na transparência pública, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

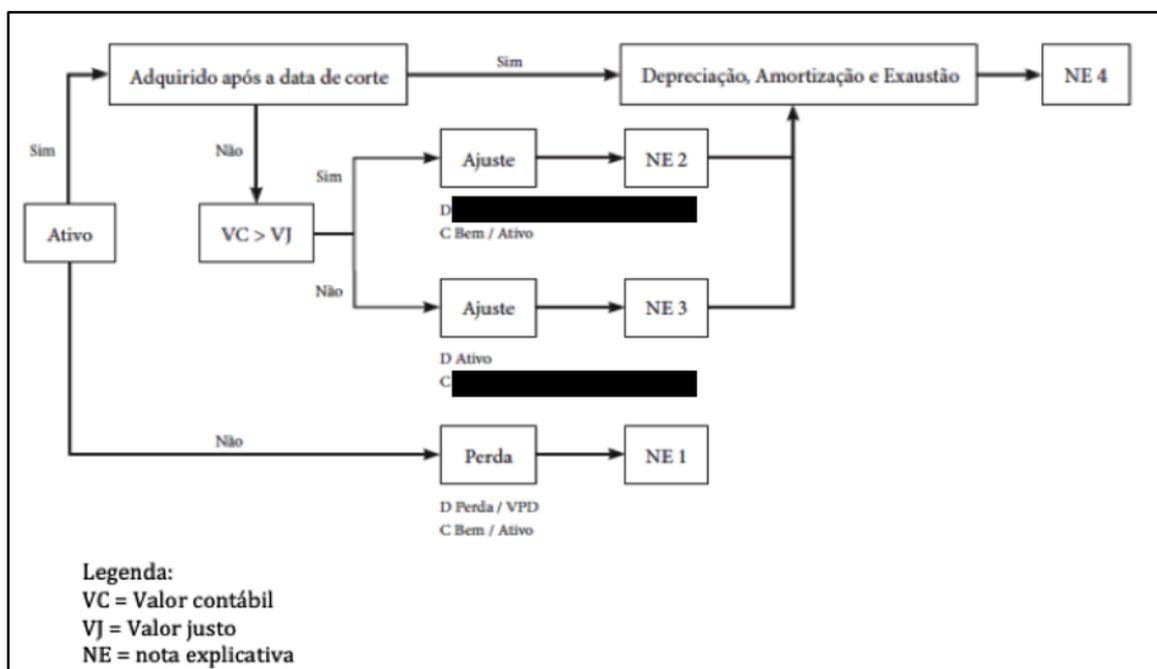
32. No Artigo 4º dessa lei, são apresentadas qualidades da informação explicitadas nos itens abaixo.

I	Qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
II	Qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
III	Qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
IV	Qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

As quatro qualidades apresentadas são, respectivamente,

- A) disponibilidade, autenticidade, integridade e primariedade.
 B) autenticidade, primariedade, fidedignidade e integridade.
 C) capilaridade, fidedignidade, integridade e materialidade.
 D) materialidade, integridade, capilaridade e originalidade.
33. As Ouvidorias das instituições públicas são a principal porta de entrada para as solicitações de acesso à informação, e o painel “Resolveu?” (<https://www.gov.br/ouvidorias/pt-br/cidadao/painel-resolveu-1>) é uma ferramenta que reúne informações sobre manifestações de ouvidoria que a Administração Pública recebe, diariamente, pelo sistema e-Ouv. Essa ferramenta permite pesquisar, examinar e comparar indicadores de forma rápida, dinâmica e interativa. Em 31 de outubro de 2022, o painel registrava mais de 3 milhões de solicitações, com as quantidades de respostas dentro e fora do prazo. Para os casos de pedido de acesso a informações, a Lei nº 12.527/2011 determina que o órgão ou a entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível e, quando não for possível, responder à solicitação em até
- A) 20 dias, sendo esse prazo prorrogável por mais 10 dias.
 B) 30 dias, sendo esse prazo prorrogável por mais 30 dias.
 C) 15 dias, sendo esse prazo prorrogável por mais 10 dias.
 D) 45 dias, sendo esse prazo prorrogável por mais 30 dias.

34. A Escola Agrícola de Jundiá (EAJ) foi criada pela Lei nº 202, de dezembro de 1949, e, em 19 de dezembro de 2007, por meio da Resolução nº 11/2007 – CONSUNI, passou a ser uma Unidade Acadêmica Especializada em Ciências Agrárias, integrada à estrutura acadêmica e administrativa da UFRN. Em suas instalações, a EAJ tem animais e plantas vivos, considerados, pelo MCASP, como ativos biológicos. Esses ativos são úteis para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão da EAJ e, por essa razão,
- A) não devem ser contabilizados de acordo com essa legislação.
 B) devem ser contabilizados como estoques, segundo a NBC TSP 04 – Estoques.
 C) devem ser contabilizados como estoques, segundo a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado.
 D) não devem ser contabilizados como estoques, segundo a NBC TSP 34 – Custos no Setor Público.
35. Conforme ressalta o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a Administração Pública, de uma forma geral, não aplicava os critérios de reconhecimento e mensuração dos ativos imobilizado e intangível. Por esse motivo, foi necessária a introdução de uma data de corte para identificar o início da adoção dos procedimentos de depreciação, amortização e exaustão pelo ente. Para auxiliar os entes nesse procedimento, o MCASP propôs o seguinte esquema para a introdução das práticas de avaliação e depreciação/amortização/exaustão:



A conta a ser utilizada nos lançamentos de ajustes a débito e a crédito, apresentada na imagem coberta por uma tarja, é

- A) Ajuste de Exercícios Anteriores (PL).
 B) Ajuste de Exercícios Anteriores (Resultado).
 C) Ajuste a Valor Presente (PL).
 D) Ajuste a Valor Presente (Resultado).

Considere o trecho abaixo, extraído do MCASP, para responder às questões 36 a 38.

“Mensuração é o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. O objetivo da mensuração é selecionar bases que reflitam, de modo mais adequado, o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão. A seleção da base de mensuração para ativos e passivos contribui para satisfazer aos objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil pelas entidades do setor público.”

36. São exemplos de bases de mensuração de ativos apresentadas pelo MCASP:
- A) custo histórico, valor em uso, preço líquido de venda, custo de reposição.
 - B) custo histórico, valor em uso, preço presumido, custo de liberação.
 - C) preço presumido, custo de liberação, preço líquido de venda, custo de reposição.
 - D) preço presumido, custo de liberação, custo corrigido, custo corrente.
37. São exemplos de bases de mensuração de passivos apresentadas pelo MCASP:
- A) custo histórico, preço presumido, custo de liberação, custo de cumprimento da obrigação.
 - B) custo histórico, custo corrente, custo de cumprimento da obrigação, custo corrente corrigido.
 - C) preço presumido, custo de liberação, preço líquido de venda, custo de reposição.
 - D) preço presumido; custo corrigido; custo corrente; preço líquido de venda.
38. São bases de mensuração avaliadas a valores de entrada de ativos e/ou passivos apresentadas pelo MCASP:
- A) preço presumido, custo histórico, custo de reposição, custo de cumprimento da obrigação.
 - B) preço presumido, custo de liberação, valor em uso, custo de cumprimento da obrigação.
 - C) custo histórico, custo de liberação, valor de mercado em mercado inativo, valor em uso.
 - D) custo histórico, valor de mercado em mercado inativo, valor em uso, preço líquido de venda.
39. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2), cujo título é "Estrutura Conceitual Para Relatório Financeiro". No Capítulo 6 desse Pronunciamento, que trata da temática de Mensuração, são apresentados alguns conceitos relevantes de valor. Analise os conceitos apresentados abaixo.

I	Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de ativo ou que seria pago pela transferência de passivo em transação ordenada entre participantes do mercado, na data de mensuração.
II	Valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa, ou outros benefícios econômicos, os quais a entidade espera obter do uso de ativo e de sua alienação final.
III	Valor de cumprimento é o valor futuro do caixa, ou de outros recursos econômicos, os quais a entidade espera ser obrigada a transferir para cumprir a obrigação.
IV	Valores atuais de ativos e passivos refletem as mudanças, desde a data de mensuração anterior, em estimativas de fluxos de caixa, e em outros fatores refletidos nesses valores atuais. Diferentemente do custo histórico, o valor atual de ativo ou passivo resulta, mesmo em parte, do preço da transação ou outro evento que deu origem ao ativo ou passivo.

Estão corretos os conceitos presentes nos itens

- A) I e II.
 - B) I e IV.
 - C) II e III.
 - D) III e IV.
40. O Manual de Informações de Custos do Governo Federal, publicado em julho de 2018, ressalta que "Frequentemente, para associar os custos ao que se deseja mensurar (objeto de custo), é necessário adotar o que se denomina como método de custeio". Dentre os métodos de custeio tradicionais, aplicados ao setor público, o Manual destaca:

- A) Custeio Variável (Direto), Custeio por Absorção e Custeio Baseado em Atividades.
- B) Custeio por Absorção, Custeio Baseado em Atividades e Custeio Pleno.
- C) Custeio Variável (Direto), Custeio Pleno e Custeio Integral.
- D) Custeio por Absorção, Custeio Integral e Custeio por Segmento.

41. Como destacado no Manual de Informações de Custos do Governo Federal, para atender aos novos desafios da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as exigências legais e a busca por eficiência, eficácia, efetividade e economicidade na aplicação dos recursos públicos, é imprescindível um sistema de custos que forneça informações úteis e fidedignas para subsidiar o processo de tomada de decisão governamental. Nesse contexto, foi concebido e desenvolvido o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC, uma ferramenta tecnológica que tem a capacidade de integrar os principais sistemas estruturantes do Governo Federal em uma única base de dados (*data warehouse* – DW), armazenando e reunindo as informações de custos que permitem o apoio à tomada de decisões pelo gestor. Conforme o Manual de Informações de Custos do Governo Federal (BRASIL, 2018), os principais sistemas estruturantes, cujos dados são fonte primária para o DW, são

- A) SIAPE, SIAFI, SIOP e SIORG.
- B) SIAFI, SIGEPE, SIGPLAN e SIOSP.
- C) SIAPE, SIGEPE, SIOP e SIOSP.
- D) SIAFI, SIGPLAN, SIORG e SIGEPE.

A imagem abaixo foi retirada do MCASP e deve ser considerada para responder às questões de 42 a 45. As tarjas pretas foram colocadas posteriormente.

a. No momento do empenho da despesa orçamentária (ocorrência do fato gerador depois do empenho):

Natureza da informação: [REDACTED]
 D 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível
 C 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar

Natureza da informação: [REDACTED]
 D 8.2.1.1.x.xx.xx Execução da Disponibilidade de Recursos
 C 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho

b. No momento da ocorrência do Fato Gerador:

Natureza da informação: [REDACTED]
 D 3.x.x.x.xx.xx Variação Patrimonial Diminutiva
 C 2.1.x.x.x.xx.xx Passivo Circulante (F)

Natureza da informação: [REDACTED]
 D 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar
 C 6.2.2.1.3.02.xx Crédito Empenhado em Liquidação

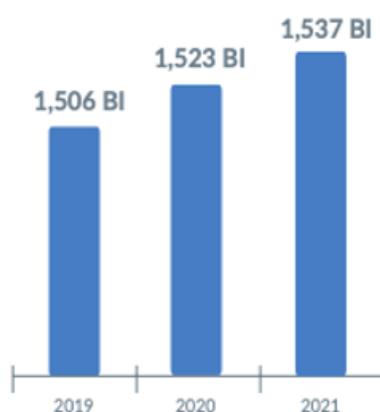
c. No momento da liquidação da despesa orçamentária:

Natureza da informação: [REDACTED]
 D 6.2.2.1.3.02.xx Crédito Empenhado em Liquidação
 C 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

Natureza da informação: [REDACTED]
 D 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho
 C 8.2.1.1.3.xx.xx DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias

42. As naturezas da informação dos dois lançamentos do item “a” são, respectivamente,
- A) orçamentária e controle.
 - B) patrimonial e orçamentária.
 - C) orçamentária e orçamentária.
 - D) patrimonial e controle.
43. As naturezas da informação dos dois lançamentos do item “b” são, respectivamente,
- A) patrimonial e orçamentária.
 - B) orçamentária e controle.
 - C) orçamentária e orçamentária.
 - D) patrimonial e controle.
44. As naturezas da informação dos dois lançamentos do item “c” são, respectivamente,
- A) orçamentária e controle.
 - B) orçamentária e orçamentária.
 - C) patrimonial e orçamentária.
 - D) patrimonial e controle.
45. Observa-se, no exemplo apresentado, que o comprometimento da disponibilidade por destinação de recursos (DDR) foi realizado no momento do empenho, considerando-se esse o momento
- A) da geração do passivo financeiro.
 - B) do estorno do fato gerador.
 - C) do registro no sistema de patrimonial.
 - D) da apropriação do gasto no sistema compensatório.
46. Um importante componente do custo da UFRN é o seu gasto com pessoal, que tem crescido nos últimos 3 anos, conforme se observa na imagem abaixo, extraída do seu Relatório de Gestão do ano 2021.

Despesa total com pessoal*



Nesse gráfico, os valores apresentados podem ser confirmados em um dos sistemas estruturantes do governo federal, que é o sistema de abrangência nacional, criado com a missão de integrar todas as plataformas de gestão da folha de pessoal dos servidores públicos, conhecido pela sigla

- A) SIAPE.
- B) SIAFI.
- C) SIOP.
- D) SIOSP.

47. A UFRN, amparada pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, utilizou o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para os contratos abaixo identificados.

RDC	Objeto	Valor
3/2021	Construção do reservatório elevado, do reservatório inferior e da rede de distribuição de água do CERES, <i>Campus</i> de Caicó-UFRN	R\$ 2.207.931,78
5/2021	Reforma do antigo prédio do NAC no Centro de Convivência da UFRN para funcionamento de uma praça de alimentação	R\$ 1.049.800,00
6/2021	Execução do sistema de climatização da Escola Multicampi de Ciências Médicas no Centro Regional de Ensino Superior do Seridó, <i>Campus</i> de Caicó/UFRN	R\$ 3.878.000,00
62/2020	Aquisição de licença de uso e de equipamentos de <i>firewall</i>	R\$ 3.510.600,00

Fonte: Relatório de Gestão da UFRN (2021)

Um dos objetivos do RDC é

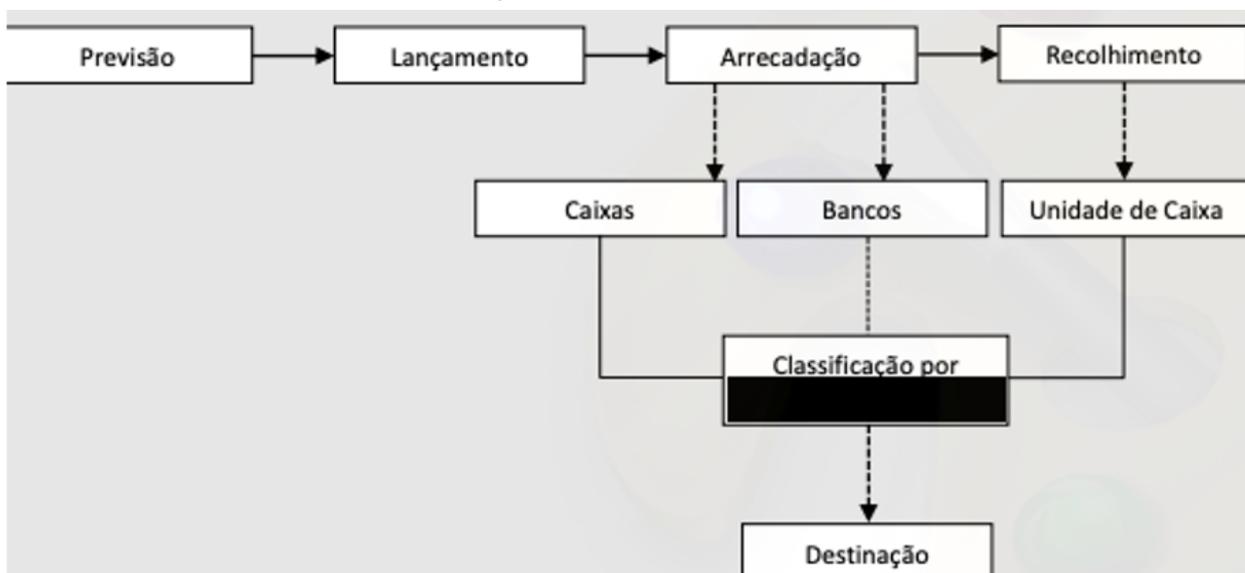
- A) assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, considerando a proposta mais vantajosa para a administração pública.
 - B) ampliar a eficiência nas contratações públicas e a competitividade entre os licitantes sediados na mesma unidade da federação.
 - C) promover a troca de experiências e tecnologias em busca da melhor relação entre custos dos licitantes e benefícios para o setor público.
 - D) viabilizar a contratação das obras para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2018, a ser definida pela Autoridade Pública Olímpica.
48. No ano de 2021, a UFRN formalizou 89 processos de Dispensas de Licitação (DL). Dentre eles, a Dispensa nº 86/2021 toma lugar de destaque, já que se trata de licença para utilização das ferramentas disponibilizadas pelo *G Suite for Education*, beneficiando toda a comunidade universitária. Esse e os outros quatro contratos mais relevantes, realizados nessa modalidade, estão apresentados no quadro abaixo.

DL	Objeto	Valor
86/2021	Licença de atualização de suite de plataforma de colaboração em nuvem	R\$ 730.000,00
22/2021	Contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) para prestação de serviços postais não exclusivos	R\$ 162.000,00
21/2021	Aquisição de luvas cirúrgicas e toucas por dispensa de licitação para diversos setores da UFRN (COVID-19)	R\$ 97.640,00
85/2021	Contratação de serviço de manutenção de equipamentos audiológicos com fornecimento de peças, solicitado pelo Departamento de Fonoaudiologia/ CCS	R\$ 49.057,00
57/2021	Revisão de língua portuguesa e das normas da ABNT, diagramação e arte final e revisão da língua inglesa	R\$ 27.370,00

Fonte: Relatório de Gestão da UFRN (2021).

A Dispensa de Licitação integra os casos previstos na Lei nº 14.133 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) para

- A) contratação direta.
B) inexigibilidade de licitação.
C) contratação via pregão.
D) aquisições de até R\$ 1 milhão.
49. A NBC TSP 03 trata de um item das DCASP que registra as obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos podem resultar, para a entidade, em saídas de recursos as quais são capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços e têm prazo ou valor incerto. Esse item é o
- A) das provisões.
B) dos passivos contingentes.
C) dos ativos contingentes.
D) das depreciações e amortizações.
50. Segundo o MCASP, as etapas da receita orçamentária “seguem a ordem de ocorrência dos fenômenos econômicos, levando-se em consideração o modelo de orçamento existente no país e a tecnologia utilizada [...]”, e “a ordem sistemática inicia-se com a previsão e termina com o recolhimento”, conforme mostra a imagem abaixo.



Fonte: MCASP (2021) [Adaptado].

A classificação necessária para ocorrer a destinação das receitas, tarjada em preto na imagem, é feita por

- A) natureza.
B) elemento.
C) categoria econômica.
D) origens e espécies.